**RECOMENDAÇÃO Nº 017/2012 – MP – 3º PJ MA/PC/HU - BEL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445267**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, e;

Considerando as informações contidas nos autos do Procedimento Administrativo Preliminar nº 037/2012 – MP – 3º PJ/MA/PC/HU, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que trata dos transtornos decorridos pela localização indevida de um poste de iluminação pública instalado na entrada da Alameda Murucutu, na estrada da Ceasa, bairro Curió-utinga.

Considerando que a alameda encontra-se recuada em relação às casas vizinhas e neste recuo está localizado o artefato que não permite a entrada dos carros na alameda, dificultando a guarda dos carros dos moradores.

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1. ÀS CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.:

1.1. Que realize a retirada do poste instalado na entrada da Alameda Murucutu, na estrada da Ceasa, bairro Curió-utinga, e arque com os ônus daí decorrentes e o recoloca em local que não impeça a entrada de pessoas e automóveis na referida alameda.

2. À SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

2.1. Para fiscalização da retirada do poste em frente à alameda Murucutu.

RECOMENDAR ainda às organizações ora responsabilizadas pelo cumprimento do presente ato, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação.

ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92. Publique-se e Encaminhe-se às pessoas e autoridades recomendadas.

Belém (PA), 28 de agosto de 2012.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES

3º Promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

**RECOMENDAÇÃO Nº 015/2012 – MP – 3º PJ MA/PC/HU - BEL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445271**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, e;

Considerando as informações contidas nos autos do Procedimento Administrativo nº 036 – MP – 3º PJ MA/PC/HU instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que trata da não execução de obra de drenagem na Comunidade Novo Império localizada atrás do Conjunto Império Amazônico, bairro Souza.

Considerando que, em outubro de 2008, a Prefeitura Municipal de Belém instalou placa de serviço de drenagem a ser realizado na comunidade Novo Império, com duração de 06 (seis) meses com execução pela empresa B.A. Meio Ambiente no valor de R\$ 474.141,99. Porém, decorridos quatro anos, a obra ainda não teve início.

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1. À SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO:

1.1. Que realize a obra de drenagem referenciada sob pena de responsabilização civil.

2. AO MUNICÍPIO DE BELÉM, por meio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

2.1. Para acompanhamento e orientação aos órgãos de execução para cumprimento desta Recomendação.

RECOMENDAR ainda às organizações ora responsabilizadas pelo cumprimento do presente ato, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação.

ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a

propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92.

Publique-se e Encaminhe-se às pessoas e autoridades recomendadas.

Belém (PA), 28 de agosto de 2012.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES

3º Promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

**RECOMENDAÇÃO Nº 013/2012 – MP – 3º PJ /MA/PC/HU - BEL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445280**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, e;

Considerando a política de desenvolvimento urbano, conforme disposto no art. 182 da Constituição Federal e na lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) nos seus artigos 1º e 2º, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes;

Considerando as informações contidas nos autos do Inquérito Civil nº 028/2009 – MP – 3º PJ/MA/PC/HU, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que trata da necessidade de infraestrutura de drenagem e pavimentação asfáltica das alamedas Liberdade, Santos e Vitória, Rua Eduardo Angelim, no Residencial dos Anjos no bairro do Coqueiro, nesta cidade;

Considerando que a referida demanda teria sido parcialmente atendida, restando os serviços de meio-fio, calçamento e pavimentação daqueles logradouros para serem concluídos mediante a liberação de recursos financeiros por parte da Secretaria Municipal de Saneamento;

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1. À SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO:

1.1. Que realize a execução completa dos serviços de meio-fio, calçamento e pavimentação das alamedas Liberdade, Santos e Vitória e Rua Eduardo Angelim, no Residencial dos Anjos no bairro do Coqueiro, nesta cidade;

1.2. Caso não haja previsão orçamentária para a realização da obra neste exercício, que proponha a inclusão no orçamento municipal para o exercício financeiro de 2013, especificando a previsão para as Alamedas Liberdade, Santos e Vitória e Rua Eduardo Angelim, no Residencial dos Anjos no bairro do Coqueiro, nesta cidade.

2. À SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO:

2.1. Que, na hipótese do ponto 1.2. anterior, inclua a realização da obra, com previsão específica, na dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2013.

3. AO MUNICÍPIO DE BELÉM, por meio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

3.1. Para acompanhamento e orientação aos Órgãos de execução para cumprimento desta Recomendação.

RECOMENDAR ainda às organizações ora responsabilizadas pelo cumprimento do presente ato, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação acima elencada.

ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92.

Belém (PA), 28 de Agosto de 2012.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO MORAES

3º Promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

**RECOMENDAÇÃO Nº 012/2012 – MP – 3º PJ /MA/PC/HU
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445282**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio do 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06, e;

Considerando a política de desenvolvimento urbano, conforme disposto no art. 182 da Constituição Federal e na lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) nos seus artigos 1º e 2º, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes;

Considerando as informações contidas nos autos do Inquérito Civil nº 033/2010 – MP – 3º PJ/MA/PC/HU, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, que trata da necessidade de drenagem e pavimentação asfáltica no Residencial Jardim das Palmeiras II, situado no bairro Tapanã;

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:

RECOMENDAR:

1. À SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO:

1.1. Que realize a obra de drenagem e pavimentação asfáltica no Residencial Jardim das Palmeiras II, bairro Tapanã.

2.1. Caso não haja previsão orçamentária para a realização da obra neste exercício, que proponha a inclusão no orçamento municipal para o exercício financeiro de 2013, especificando a previsão para o Residencial Jardim das Palmeiras II, bairro Tapanã.

2. À SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO:

2.1. Que, na hipótese do ponto 1.2. anterior, inclua a realização da obra, com previsão específica, na dotação orçamentária para o exercício financeiro de 2013.

3. AO MUNICÍPIO DE BELÉM, por meio de sua SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS:

3.1. Para acompanhamento e orientação aos Órgãos de execução para cumprimento desta Recomendação.

RECOMENDAR ainda às organizações ora responsabilizadas pelo cumprimento do presente ato, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação acima elencada.

ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no art. 11 da Lei 8.429/92.

Belém (PA), 28 de Agosto de 2012.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO MORAES

3º Promotor de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445189

PORTARIA: 2648/2012-SG

Objetivo: DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES NAQUELE MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: ART. 145 DA L.E. 5.810/1994.

Origem: ITAITUBA/PA - BRASIL

Destino(s):

SANTARÉM/PA - Brasil<br

Servidor(es):

9991127/JOÃO GAUDÊNCIO SOUSA SANTOS (MOTORISTA) /

3.5 diárias (Completa) / de 23/09/2012 a 26/09/2012<br

Ordenador: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

PORTARIAS DA PGJ E ERRATA DE PORTARIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 445190

PORTARIA Nº 4257/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo Pólo, **R E S O L V E:**

DESIGNAR o Promotor de Justiça RAMON FURTADO SANTOS para, até 31/10/2012, exercer o cargo de Promotor de Justiça de Itupiranga, a contar de 10/9/2012, sem prejuízo de suas atribuições nas Promotorias de Justiça de Marabá e São Domingos do Araguaia.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de setembro de 2012.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

*Republicada por incorreção no D.O.E. de 15/6/2012.

PORTARIA Nº 4342/2012-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 187/2012-MP/1ªPJR, de 17/9/2012, protocolizado sob o nº 39871/2012, em 21/9/2012;

CONSIDERANDO ainda o disposto no art. 3º, "caput", da Resolução nº 008/2007, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Pará,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça MAGDALENA TORRES TEIXEIRA para, até 31/12/2012, exercer a função de Coordenador das Promotorias de Justiça de Redenção (Região Administrativa Sudeste II), a partir de 1º/10/2012.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 28 de setembro de 2012

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça, em exercício